

Cor

Suspensão do recesso

de julho ganha força

32

A idéia de suspender o recesso parlamentar de julho para se votar parte da legislação regulamentadora da nova Constituição começa a atrair simpatizantes de vários partidos. O objetivo é apressar aprovação de uma série de leis ordinárias e complementares exigidas no texto da Carta até o segundo semestre pois, a campanha presidencial levará a grande maioria dos políticos a seus estados, e a partir de agosto ou setembro nada será produzido no Congresso Nacional. Além disso, a suspensão do recesso terá, para a sociedade brasileira, o caráter de resgatar a credibilidade do Legislativo perante a opinião pública, como ressaltou o líder do PSDB, deputado Euclides Scalco.

Hoje, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), se reúne com todos os presidentes de comissões temáticas da Câmara, para selecionar os 10 temas que, jurídica e politicamente, são os mais importantes na pauta dos itens que necessitam regulamentação. Em seguida, Jobim irá propor a cada presidente que as comissões designem grupos de trabalho a fim de começar a redigir os textos de 15 a 20 anteprojetos de lei para serem votados até agosto. Na sua opinião, a suspensão do recesso parlamentar de julho será importante porque a partir de

agosto, dificilmente irá se votar alguma coisa no Congresso.

CREDIBILIDADE

O deputado Euclides Scalco afirmou que a suspensão do recesso servirá "para ganharmos tempo a fim de votarmos as matérias importantes que regulamentam a Constituição e é uma medida de relevância política que ajudará a resgatar a credibilidade dos políticos perante a opinião pública e a imagem do Congresso, que sempre esteve comprometido, desde a Assembléia Constituinte, em legar ao país, uma Constituição moderna que atenda aos interesses da população". O líder do PSDB também garantiu que seu partido, com a terceira maior bancada, estará em Brasília em julho, caso o recesso venha a ser cancelado.

E da mesma opinião, o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) que considera importante o Congresso se incorporar ao esforço de estar em julho votando a legislação ordinária e complementar. "O Congresso faria uma boa coisa ao entrar nesse esforço, além disso, vai levantar a credibilidade porque a Nação está esperando de nós a aprovação de uma série de leis". Ele acredita que com a votação do novo regimento interno, será possível "desentupir os ca-

nais" para votação das leis mas se for preciso cancelar o recesso "eu serei o primeiro a estar aqui".

O vice-líder do PMDB, deputado Genebaldo Correa (BA), também não se opõe ao cancelamento e lembra que "eu nem sei mais o que é recesso; primeiro foi a fase da Constituinte quando não tivemos recesso, depois veio a convocação extraordinária para apreciação do Plano Verão, de forma que para mim não há o menor problema". Genebaldo acredita que os parlamentares do PMDB estarão em Brasília, em julho, se houver convocação.

TRANSFERÊNCIA

O deputado José Genoíno (PT-SP) assegura que a idéia de suspender o recesso é sua e foi sugerida durante uma reunião da comissão a qual pertence, a de Justiça. Pelos seus cálculos, se houver uma lista de 20 a 30 temas urgente a serem votados — o que corresponde a 80 por cento de toda a regulamentação constitucional — é possível que essa legislação esteja aprovada em três meses. Mas Genoíno quer aperfeiçoar a idéia da suspensão do recesso de julho e propõe sua transferência para o mês de outubro "quando há um recesso branco, tradicional em anos de eleição". E preciso, na sua opi-

nião, que haja uma mobilização da sociedade civil para forçar os parlamentares a permanecerem em julho em Brasília e, além disso, haver entendimento não apenas entre as lideranças e os presidentes de comissões como também da Mesa.

O vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), não reprova a suspensão do recesso mas ressalta ser importante um estudo preliminar para viabilizar a idéia. "Não adianta convocar se não vier ninguém", diz. Para ele, "muito mais importante do que cancelar o recesso é aprovar, o mais rápido possível, o novo regimento interno e, mais do que isso, priorizar os temas urgentes que precisam ser votados logo". De qualquer forma, Inocêncio garante que se até junho isto não for possível, ele será favorável à suspensão do recesso.

O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), é dos poucos a não concordarem com a suspensão. "Eu fico aqui o ano todo trabalhando e em julho preciso percorrer minhas bases porque se não, daqui a pouco, eu não tenho mais nenhum prefeito e nenhum vereador". José Lourenço minimizou a importância de se regulamentar a nova Constituição e pergunta: "Qual regulamento que está fazendo falta neste País? Salário? Quem faz salário é a economia".